

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 122.118 - SP (2019/0377296-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : T DA S G
ADVOGADOS : GLEIDMILSON DA SILVA BERTOLDI - SP283043
GABRIEL CHANQUINI DIAS - SP348028
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em face de acórdão assim relatado (fl. 149):

Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo advogado Gleidmilson da Silva Bertoldi em favor de Thiago da Silva Gazzeta, sob o fundamento de que estaria, ele, a experimentar constrangimento ilegal, por ato do M.M. Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Presidente Prudente, pois, em síntese, ausentes os requisitos da prisão preventiva.

A liminar foi indeferida (fls. 90/91).

Informes da d. autoridade apontada como coatora a fl. 137.

Parecer da I. Procuradoria Geral da Justiça pela denegação da ordem (fls. 140/144).

É o relatório.

O paciente foi preso preventivamente por descumprir medidas protetivas deferidas à ex-companheira, tendo incorrido no art. 129, § 9º, art. 147, *caput*, ambos do Código Penal, e art. 24-A da Lei 11.340/06.

Em síntese, alega o recorrente ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, fundada na gravidade abstrata do delito. Aponta a existência de condições pessoais favoráveis e a desproporcionalidade da prisão, pois seria medida mais grave do que a pena a ser aplicada em caso de condenação.

Liminarmente e no mérito, requer a concessão da liberdade provisória.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, manifestou-se o *Parquet* pelo improvimento.

Está encerrada a instrução do processo n. 1504896-60.2019.8.26.0482, apresentadas alegações finais e conclusão dos autos à Relatoria em 16/1/2020, conforme informações prestadas (fl. 188).

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fl. 56):

[...]. Trata-se de pedido de concessão de medida protetiva de urgência que consta como requerido THIAGO DA SILVA GAZZETTA e vítima RENATA DALAQUA, a qual foi deferida, conforme decisão deste Juízo (fls. 17).

Porém, conforme informado pelo representante do Ministério Público (fls. 32), a ofendida procurou a Delegacia de Defesa da Mulher de Presidente Prudente/SP, relatando que o requerido vem descumprindo sistematicamente as medidas protetivas concedidas, causando transtornos para sua família.

Efetivamente estão presentes os requisitos para decretação da prisão preventiva do indiciado THIAGO DA SILVA GAZZETTA.

A vítima RENATA DALAQUA informa que está em situação de extremo risco, sendo ameaçada, insistindo o requerido em desrespeitar a medida protetiva imposta, demonstrando com seu comportamento o total desprezo às leis e à pessoa humana.

Necessário se faz a decretação de medida de maior rigor, objetivando principalmente a proteção da vítima, evitando que mal maior aconteça.

Portanto, presentes os requisitos do art. 312 e 313, III, ambos do Código de Processo Penal e estando também prevista na Lei nº 11.340/2006, justamente para resolução de tais situações, é caso da custódia cautelar, que fica agora decretada.

Como adiantado em sede liminar, a decisão apresenta fundamentação concreta, pois a vítima *está em situação de extremo risco, sendo ameaçada, insistindo o requerido em desrespeitar a medida protetiva imposta*, sendo que *o requerido vem descumprindo sistematicamente as medidas protetivas concedidas, causando transtornos para sua família*. Deste modo, em juízo inicial, não se constata ilegalidade.

Pacífico é o entendimento desta Corte no sentido de que constitui fundamento idôneo à decretação da custódia cautelar a necessidade de resguardar a integridade física e psicológica da vítima que se encontra em situação de violência doméstica, como é o presente caso, conforme art. 313, inc. III, do Código de Processo Penal - CPP. A propósito: HC 350.435/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 15/04/2016; RHC 60.394/MA, Rel. Ministra MARIA

Superior Tribunal de Justiça

THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 30/06/2015.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator